



## Defensora pública-geral reúne-se com presidente em exercício da Amagis



PÁGINA 3

## Defensora pública é empossada em sessão do Conselho Superior



PÁGINA 6

## Defensoria-Geral publica Relatório de Gestão – Biênio 2014/2016



PÁGINA 5

## Na mídia: em entrevistas, defensora-geral fala dos novos desafios do 2º mandato



PÁGINA 12

## Defensoria Pública-Geral divulga o PGA 2016/2017

PÁGINA 4

## CCap: curso de audiências de custódia e palestra sobre curatela

PÁGINA 9

## MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



### *Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,*

*Com satisfação, volto a exercer as atribuições do cargo de defensor público-geral de Minas Gerais. É uma grande honra, para mim, receber novamente a confiança e o apoio dos colegas, defensores públicos. A responsabilidade, de bem conduzir a Defensoria Pública, amplifica-se, de modo a intensificar o trabalho, para garantir efetivas conquistas institucionais, melhores condições estruturais aos defensores públicos e servidores, além de serviços mais eficientes e céleres para os assistidos.*

*Esta edição do Boletim traz o registro de importantes reuniões interinstitucionais, como meu encontro com a presidente, em exercício, da Amagis, e a reunião realizada, a convite do secretário de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende, e que contou com a participação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Antônio Fabrício. Ao debatermos sobre a situação dos advogados dativos, houve o entendimento unânime do papel das instituições, do caráter suplementar da advocacia dativa em relação à atuação da Defensoria Pública e da necessidade do contínuo fortalecimento e expansão da Instituição.*

*Na esteira dos princípios de transparência e planejamento, confira as recentes publicações da Defensoria-Geral: o Relatório de Gestão – biênio 2014/2016, no qual estão elencados os principais resultados das ações da gestão; e o Plano Geral de Atuação (PGA) 2016/2017, no qual são indicadas metas, com previsão de conclusão até maio de 2017. Brevemente, concretizaremos o Planejamento Estratégico, reafirmando, assim, sua importância no plano institucional. Em continuidade à elaboração do Planejamento Estratégico, no dia 28 de julho, realizamos nova*

*reunião de trabalho no gabinete da Defensoria-Geral, com pesquisadores da Fundação João Pinheiro.*

*Confira a posse de defensora pública, em cumprimento à decisão judicial com trânsito em julgado proferida pelo Supremo Tribunal Federal, realizada durante sessão do Conselho Superior; atuações da DPDH, que promoveu audiência pública sobre trabalho informal e realizou atendimentos durante a parada do Orgulho LGBT na Capital; atuação de defensores públicos da Execução Penal de Ribeirão das Neves e do coordenador Regional da área Criminal da Capital, que originou na regulamentação e uniformização dos critérios necessários para o cadastramento e a realização das visitas íntimas nas unidades prisionais do estado. Outras atuações de destaque também estão registradas nesta edição: liminar obtida pela DPMG em Governador Valadares que concedeu tutela de urgência obrigando operadora de plano de saúde a custear tratamento multidisciplinar em favor de assistida diagnosticada como portadora de autismo; e a participação de defensores públicos de Santos Dumont e Ubá, em encontro para promover a aproximação da Defensoria Pública com a Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Juiz de Fora, visando à humanização no cárcere e ao acolhimento dos presos e egressos.*

*Fique por dentro da programação para 2016 divulgada pela Coordenadoria de Capacitação. Em agosto, teremos o curso “Audiências de Custódia – Teoria e Prática” e a palestra “Curatela – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015”, ambos promovidos pela Defensoria Pública; a palestra “As constelações sistêmicas na mediação e conciliação de conflitos no Judiciário”, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União (EAGUMG); e a chamada de trabalhos para edição da ‘Revista de Direito’, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, cujas inscrições já estão abertas e vão até o dia 22 de agosto.*

*Acompanhe ainda as participações da DPMG na mídia e a visita ao gabinete de defensores em atuação nas comarcas de Ibirité e Vespasiano.*

*Continuamos juntos trabalhando diuturnamente para tornar cada vez mais forte e estruturada a nossa Instituição, beneficiando cada vez mais mineiros em situação de vulnerabilidade.*

*Boa leitura!*

**Christiane Neves Procópio Malard**  
Defensora pública-geral



## Defensora pública-geral reúne-se com presidente em exercício da Amagis

Dia 20.07.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, fez uma visita de cortesia à presidente em exercício da Amagis, juíza Cristiana Gualberto. Entre os assuntos em pauta, Christiane Malard e Cristiana Gualberto falaram sobre questões institucionais ligadas à im-

plementação da Emenda Constitucional 80.

Durante o encontro, a defensora pública-geral presenteou a presidente em exercício da Amagis com um exemplar do livro “Mediação Humanizada”, elaborado por defensores públicos mineiros em parceria com a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos.



A obra “Mediação Humanizada” é um dos resultados da capacitação em mediação de conflitos que a Defensoria Pública vem promovendo continuamente para seus membros.

## Casa Civil, Defensoria Pública e OAB discutem a situação dos advogados dativos em Minas Gerais

A convite do secretário da Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Antônio Fabrício Gonçalves, participaram de reunião no dia 20/07/2016, no BDMG.

Além da ênfase dada ao estreitamento das relações interinstitucionais, já que a Defensoria Pública e a Advocacia compõem o Sistema de Justiça, foram debatidos assuntos relativos à situação dos advogados dativos em Minas Gerais.

*continua >>*



A partir da esq.: o coordenador de dativos, Antônio Marcos Nohmi; o presidente da OAB/MG, Antônio Fabrício Gonçalves; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira; e o secretário-geral adjunto da OAB/MG, Charles Vieira



Continuação

**Casa Civil, Defensoria Pública e OAB discutem a situação dos advogados dativos em Minas Gerais**

Houve o entendimento unânime do papel das instituições, dentre eles, o caráter suplementar da Advocacia Dativa em relação à atuação da Defensoria Pública e a necessidade do contínuo fortalecimento e expansão da Instituição, conforme modelo constitucionalmente adotado.

Na ocasião, a defensora-geral, Christiane Malar, informou a existência do modelo em vigência no Estado de São Paulo, no qual a Defensoria Públi-

ca, por meio de convênio, efetua o controle e a fiscalização operacional dos trabalhos, sem prejuízo da fiscalização conjunta com a OAB, o que já foi referendado por intermédio de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Outras reuniões conjuntas se seguirão, inclusive, com visita técnica à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para conhecimento detalhado do modelo lá adotado.

## Defensoria Pública-Geral divulga o PGA 2016/2017

Dia 15.07.2016, durante a 7ª sessão ordinária do Conselho Superior, a Defensoria Pública-Geral apresentou o Plano Geral de Atuação (PGA) 2016/2017, que foi referendado pelo órgão colegiado.

Previsto pela Lei Complementar 65/2003, o Plano Geral de Atuação consiste em um planejamento anual, que tem como finalidade a previsão de ações a serem implementadas pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, visando ao alcance de metas e resultados.

Em novembro de 2015, a Defensoria Pública de Minas Gerais assinou contrato com a Fundação João Pinheiro para elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição, o que se apresenta como primeira e primordial meta a ser executada e importará na definição de estratégia de médio e longo prazo. Dessa forma, brevemente, o PGA encontrará seu genitor, sua fonte maior de planejamento, reafirmando assim, a sua importância como um plano que elenca projetos anuais.

Fruto do trabalho conjunto de defensores públicos e servidores na construção das propostas, cuja participação se mostrou a mais expressiva entre as edições já realizadas, o PGA 2016/2017 foi elaborado considerando o projeto de gestão da Defensoria-Geral, mantendo-se os pilares do plano celebrado quando do início da gestão 2014/2016: valorização do defensor público e servidor, melhoria na estrutura administrativa e melhoria dos serviços.

Elaborado basicamente com a mesma metodologia dos anteriores, o PGA 2016/2017 manteve a

mensuração das metas de modo a permitir a atuação corretiva e a indicar o grau de cumprimento do objetivo proposto.

O plano apresentado está dividido em duas áreas temáticas: institucional e jurídica. A área institucional, que tem como objetivo geral promover a expansão e modernização da estrutura institucional, incluindo a valorização de defensores e servidores, contém 72 objetivos específicos. Com 73 objetivos específicos, a área jurídica tem o objetivo geral de incrementar os serviços prestados pela Defensoria em todas as suas áreas de atuação, proporcionando maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços.

***Clique na imagem para ler o PGA 2016/2017.***





## Defensoria-Geral publica Relatório de Gestão – Biênio 2014/2016

Encontra-se disponível na intranet e no site institucional o Relatório de Gestão da Defensoria Pública-Geral, biênio 2014/2016.

No relatório, estão elencados os principais resultados das ações da gestão, que têm por objetivos finais, fundamentalmente, a valorização de seus membros e servidores; a excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; e o fortalecimento e a modernização da Instituição.

***Clique na imagem para ler o Relatório de Gestão – Biênio 2014/2016.***



## Reunião de trabalho entre Defensoria-Geral e FJP: mais um passo na elaboração do Planejamento Estratégico

Em mais uma etapa da elaboração do Planejamento Estratégico da DPMG, no dia 28 de julho, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; e os assessores de Planejamento e Infraestrutura, Hellen Caires Teixeira Brandão e Rafael de Freitas Cunha Lins; reuniram-se com pesquisadores da Fundação João Pinheiro (FJP).

Durante o encontro, em que a defensora-geral e o subdefensor foram entrevistados sob a perspectiva de gestores, foi aprofundada a coleta de dados e especificidades da Defensoria Pública, que possibilitará traçar um diagnóstico da Instituição, necessário para definição de sua missão, visão, valores e objetivos estratégicos para os próximos quatro anos.

*continua >>*

**Em sentido horário: assessora de Planejamento e Infraestrutura, Hellen Caires Teixeira Brandão; pesquisador e professor da FJP, Marcos Vinícius Cruz; defensora-geral, Christiane Malard; pesquisador e professor da FJP, Marconi Martins de Laia, que está à frente dos trabalhos; subdefensor público-geral, Wagner Lima; integrantes do grupo de trabalho da Fundação, Nathalia Rodrigues Costa e Ana Carolina Paiva de Carvalho; e o assessor de Planejamento e Infraestrutura; Rafael de Freitas Cunha Lins**



Continuação:

**Reunião de trabalho entre Defensoria-Geral e FJP: mais um passo na elaboração do Planejamento Estratégico**

A DPMG assinou contrato com a Fundação João Pinheiro para elaboração do plano em novembro de 2015. Desde então, foram realizadas reuniões com a Corregedoria-Geral, coordenadores de área da Capital e Especializadas; coordenadores regionais e locais; e membros do Conselho Superior e

da Defensoria-Geral. Em continuidade à coleta de dados, ainda serão realizados encontros com a Adep-MG, representantes de Poderes e de instituições externas, defensores públicos que manifestarem interesse em contribuir para o Planejamento, servidores e assistidos.

## Defensora pública é empossada em sessão do Conselho Superior

Dia 15.07.2016, durante a 7ª sessão ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública, foi empossada, por ato do defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, no cargo de defensora pública de Classe Inicial, Maria Angélica Ramalho Rezende.

Nos termos da Resolução nº 104/2016, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 06 de julho de 2016, Maria Angélica Ramalho Rezende foi enquadrada no cargo por opção, em conformidade com o artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988, a partir de 05 de outubro de 1988, em cumprimento à decisão judicial com trânsito em julgado proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

*continua >>*



**Maria Angélica Ramalho Rezende fez a leitura do termo de posse e compromisso acompanhada pelo conselheiro secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira, e pelo defensor-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima.**



Presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; conselheiros Thiago Dutra Vaz de Souza, Fernando Orlan Pires Resende, Galeno Gomes Siqueira; defensora pública Maria Angélica Ramalho Rezende; subdefensor-geral, Wagner Ramalho; conselheira Erika Almeida Gomes; corregedor-geral Ricardo Sales Cordeiro; e o conselheiro Marco Túlio Frutuoso Xavier

Continuação:

### **Defensora pública é empossada em sessão do Conselho Superior**

Ao dar as boas-vindas à nova defensora pública, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, destacou que, como todo defensor público, Maria Angélica lutou pelos seus direitos,

o que faz parte do perfil dos membros da carreira. Individualmente, os membros do Conselho Superior parabenizaram Maria Angélica Ramalho Rezende e manifestaram sua alegria em recebê-la na Instituição.

## **DPDH realiza audiência pública para falar sobre trabalho informal**

O defensor público, Vladimir de Souza Rodrigues, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou de audiência pública que discutiu a situação dos trabalhadores informais em atuação nas ruas da Capital. O encontro aconteceu na sede da Defensoria Pública, dia 14.07.2016, e reuniu vendedores, prestadores de serviços, artistas, flanelinhas, representantes de associações e feirantes, entre outros trabalhadores.

A audiência pública foi promovida em razão da grande procura pelos serviços da DPDH e ao crescimento de reclamações desses trabalhadores informais, em que todos denunciavam a falta de política pública que incentivasse a inserção social por meio do trabalho.

De acordo com Vladimir Rodrigues “a intenção da audiência pública foi dialogar com todos os trabalhadores, a fim de elaborar uma pauta de atuação em favor destes cidadãos”, ressaltou.

Durante a audiência, os trabalhadores presentes tiveram a oportunidade de contar suas experiências e ter contato com outras pessoas “que vivenciam situações semelhantes, possibilitando a união de ideias e esforços para exigirem política pública mais humana e adequada à realidade econômico-social brasileira” disse Vladimir Rodrigues. O defensor público considera “importante as autoridades públicas terem sensibilidade social neste momento de crise, fomentar a inserção social por meio de trabalho informal, e não promover a criminalização deste legítimo meio de vida.”



O defensor público Vladimir de Souza Rodrigues organizou a audiência pública e recebeu trabalhadores informais de todas as regiões da capital



## DPDH presta atendimento durante a parada do Orgulho LGBT na Capital

A Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) participou da 19ª Parada do Orgulho LGBT, dia 17.07.2016, na praça da Estação, na Capital, com distribuição de cartilhas sobre os serviços prestados pela Defensoria, bem como informações de pequena complexidade. “O trabalho foi de educação em direitos”, destacou o defensor público Vladimir de Souza Rodrigues, em atuação na DPDH. As defensoras públicas Graciela Di-

niz Pacheco e Marolinta Dutra também participaram do evento.

De acordo com Vladimir Rodrigues, “a parada LGBT é ato político de afirmação social e retira da invisibilidade parcela importante da população. A sociedade brasileira passa por momento de avanço do conservadorismo e a Defensoria Pública entende que é primordial neste momento o incentivo da cultura da diversidade e da paz”.



Equipe distribuiu cartilhas sobre serviços prestados pela Defensoria pública e informações de pequena complexidade

## Administração Prisional regulamenta visitas íntimas após reuniões com a Defensoria Pública

Já está em vigor o memorando 061/2016 da Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), que estabelece a documentação e os critérios necessários para o cadastramento e a realização das visitas íntimas nas unidades prisionais do estado. O documento é resultado de reuniões entre a superintendente de Atendimento ao Preso, Louise Bernardes Passos Leite, os defensores públicos, Gabriel Morgado da Fonseca, Paulo Henrique Drummond Monteiro, Thomaz Fiterman Tedesco, em atuação na Execução Penal de Ribeirão das Neves, e o coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo.

A necessidade de elaboração de um documento regulamentando as visitas íntimas surgiu em razão

da exigência de uniformização dos procedimentos para o cadastramento para efetivação delas em todo o estado.

De acordo com o defensor público, Gabriel Morgado da Fonseca, “a devida regulamentação da visita íntima é de suma importância para a manutenção do vínculo familiar e conjugal entre os reeducandos e suas respectivas famílias, propiciando um cumprimento de pena de forma mais digna e humana, situação que favorece a reinserção social das pessoas privadas de liberdade, situação que contribui para a diminuição da reincidência”.

***Clique aqui para ler o memorando que regulamenta as visitas.***



## COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

CCAP INFORMA:

## Em agosto, audiências de custódia e curatela

**Curso “Audiências de custódia – teoria e prática”**

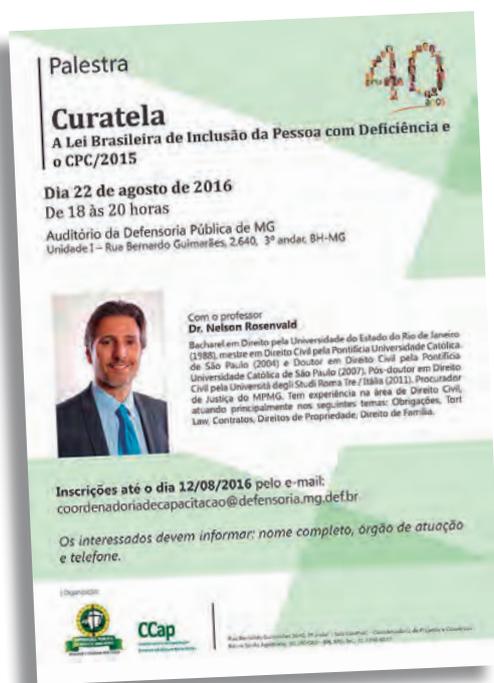
No dia 12 de agosto, a Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Capacitação, promoverá o curso “Audiências de Custódia – Teoria e Prática”. O evento contará com palestra do advogado criminalista, professor doutor Gustavo Badaró, e com explanação sobre aspectos práticos, pelos defensores públicos titulares da Defensoria Especializada em Urgências Criminais e da Câmara de Estudos Criminais da DPMG.

A capacitação será a partir das 9h30, no auditório da Unidade I, na Rua Bernardo Guimarães, 2.640, 3º andar, Belo Horizonte.

**As inscrições vão até o dia 5 de agosto**, pelo e-mail: [coordenadoriacapacitacao@defensoria.mg.gov.br](mailto:coordenadoriacapacitacao@defensoria.mg.gov.br).

Os interessados devem informar nome completo, órgão de atuação e telefone.

O curso será gravado e poderá ser acessado por todos os defensores públicos.

**Palestra “Curatela – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015”**

No dia 22 de agosto, a DPMG, por meio da CCap, promoverá a palestra “Curatela – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015”, ministrada pelo procurador de Justiça do MPMG, professor doutor Nelson Rosenvald. A capacitação será das 18 às 20 horas, também no auditório da Unidade I da Defensoria Pública.

**As inscrições vão até o dia 12 de agosto**, pelo e-mail: [coordenadoriacapacitacao@defensoria.mg.gov.br](mailto:coordenadoriacapacitacao@defensoria.mg.gov.br).

Os interessados devem informar nome completo, órgão de atuação e telefone.

A palestra será gravada e ficará disponível na intranet para todos os defensores públicos.

**Curador especial** – Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, será nomeado um defensor público como curador especial (§ 2º, art. 752) sempre que o curatelado não constituir um advogado. Esta é a grande importância da capacitação em curatela.

**Programação dos eventos de Capacitação 2016**

A CCap divulgou a programação atualizada dos eventos para 2016. A programação pode ser conferida no site e na intranet (menu lateral esquerdo, no título *Capacitação*, subtítulo *Programação Eventos*).

**Clique aqui para ver a programação 2016**

## COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

**Palestra da EAGUMG: Constelações sistêmicas na mediação e conciliação**

Estão abertas as inscrições para a palestra “As constelações sistêmicas na mediação e conciliação de conflitos no Judiciário” promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União (EAGUMG).

Gratuito, o evento será realizado no **dia 23 de agosto, no horário de 9 às 11 horas**, no auditório da AGU

em Minas Gerais localizado na Rua Santa Catarina 480, Pilotis, Lourdes, Belo Horizonte.

Os interessados podem se inscrever até o dia 22 de agosto, por meio dos e-mails: [esther.pereira@agu.gov.br](mailto:esther.pereira@agu.gov.br) e [wanusa.vaz@agu.gov.br](mailto:wanusa.vaz@agu.gov.br).

[Clique aqui para ver o cartaz.](#)

**PDPE-RJ divulga edital para chamada de trabalhos para a “Revista de Direito”**

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Centro de Estudos Jurídicos, torna pública a existência de edital de chamada de trabalhos para o número 27 de sua *Revista de Direito* (ISSN 1981-1950), a fim de serem submetidos ao Conselho Editorial da Revista. Assim, convida os interessados a remeterem

trabalhos para o e-mail: [revistacejur@dpge.rj.gov.br](mailto:revistacejur@dpge.rj.gov.br), até o dia 22 de agosto de 2016.

[Clique aqui para ler a íntegra do edital](#)

[Clique aqui para ler a Resolução DPGE nº 838, de 29 de junho de 2016, que regulamenta a revista.](#)

## PARTICIPAÇÃO NA ALMG

**DPDH participa de reunião para discutir sobre reintegração de posse das ocupações na Região Noroeste**

O defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou, no dia 14 de julho, de reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O encontro aconteceu na ALMG e discutiu assuntos como reintegração de posse sem mandados judiciais e ausência de alternativas de moradias para as famílias despejadas das ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira, no bairro Copacabana e Filadélfia.

A desocupação das áreas foi realizada por mais de 400 policiais. Os moradores foram direcionados para outras ocupações, como a de Ribeirão das Neves e Betim, pois não havia vagas suficientes nos abrigos municipais. Durante a reintegração, a Prefeitura de Belo Horizonte não realizou o cadastro das famílias que viviam nas ocupações.

O defensor da DDPH diz que todo o processo está acontecendo de forma ilegal, e afirma que “a prefeitura está criando um sistema de reintegração de posse sem mandado judicial, no qual eles se ocupam de tudo, desde a notificação até o despejo”, concluiu Aylton Rodrigues.

Participaram da reunião os representantes dos moradores, Juliano Rego dos Santos, Luciano Pereira da Paz

**Aylton Rodrigues Magalhães, defensor público em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais**



e Fabiano Santos de Oliveira; a advogada membro do Coletivo Margarida Alves, Thais Lopes Santana Isaías; a militante das Brigadas Populares, Isabela Gonçalves Miranda; o representante da Comissão Pastoral da Terra, Frei Gilvander; a promotora Cláudia do Amaral Xavier; o vereador de Belo Horizonte, Adriano Ventura; a deputada estadual Marília Campos e o deputado estadual Cristiano da Silveira.

## AÇÃO EDUCATIVA

## Defensores públicos de Santos Dumont e Ubá proferem palestra para agentes da Pastoral Carcerária de Juiz de Fora

Os defensores públicos Ellon Agostini Rodrigues, em atuação em Ubá, e Luciana Mourão Rezende, em atuação na comarca de Santos Dumont, participaram no dia 17 de julho de um encontro para discutir a formação dos agentes da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Juiz de Fora e promover a aproximação da Defensoria Pública com a Pastoral, visando o trabalho pela humanização no cárcere e o acolhimento dos presos e egressos.

Durante o evento, os defensores distribuíram cartilhas da DPMG e proferiram palestra explicando as atividades da Defensoria Pública, mostrando as diversas

atribuições dos defensores, as conquistas e os desafios enfrentados na Execução Penal.

Luciana Mourão e Ellon Agostini abordaram temas como o encarceramento em massa, a ressocialização do preso, a atuação da DPMG enquanto órgão da Execução Penal e, por fim, a humanização no cárcere e as conquistas obtidas na defesa dos detentos.

Ao longo do encontro foram realizadas outras atividades, incluindo palestra com o professor doutor em Ciências da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora, Antônio Carlos.



**Defensores públicos reunidos com os membros da Pastoral Carcerária de Juiz de Fora**

## Defensoria Pública obtém liminar que obriga plano de saúde a custear tratamento de criança autista

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais obteve decisão liminar em agravo de instrumento, nos autos de nº 1.0105.16.043090-3/001, que concedeu tutela de urgência obrigando a Unimed em Governador Valadares a custear tratamento multidisciplinar em favor da assistida, DCS, diagnosticada como portadora de autismo. A criança é associada ao plano de saúde da operadora, que se negou a fornecer o tratamento, alegando falta de cobertura contratual. Foi ajuizada ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência a fim de obrigar a Unimed-GV a fornecer os tratamentos de terapia ocupacional pelo método ABA, fonoaudiologia comportamental, terapia ocupacional, equoterapia, hidroterapia e musicoterapia.

O Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Governador Valadares negou a tutela de urgência. A DPMG interpôs recurso, pleiteando a antecipação da tutela recursal, acentuando que a criança tem direito

a receber o tratamento, devendo ser afastada a alegação de ausência de cobertura do plano de saúde, não só em razão da proteção prevista no Código de Defesa do Consumidor, mas também pela política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

O desembargador relator do agravo de instrumento, Luciano Pinto, da 17ª Câmara Cível do TJMG, acolheu o pedido de antecipação da tutela recursal.

“Trata-se de uma importante decisão, pois visa materializar o direito a uma existência digna da criança portadora de autismo”, ressaltou o defensor público Gilvan de Oliveira Machado, em atuação na 1ª Defensoria Cível e Infância e Juventude Cível em Governador Valadares e autor do recurso de agravo de instrumento. A petição inicial foi elaborada pelo coordenador da Regional Vale do Rio Doce, Calânico Sobrinho Rios.

## DPMG na mídia

### Defensora pública-geral concede entrevista ao vivo à rádio CBN

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou, dia 19.07.2016, de entrevista ao vivo na rádio CBN, oportunidade em que falou sobre os avanços e desafios enfrentados pela Defensoria Pública de Minas Gerais.

[Clique aqui para acessar a entrevista.](#)

DPG acompanhada pelos âncoras do programa CBN BH, Shirley Souza e Guilherme Ibraim



### Metro Jornal publica entrevista com a defensora pública-geral



A edição do dia 19.07.2016, do *Metro Jornal*, publicou entrevista com a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na qual ela aborda os desafios a serem enfrentados em seu segundo mandato e os avanços conquistados pela Defensoria Pública.

[Clique aqui para ler a matéria.](#)

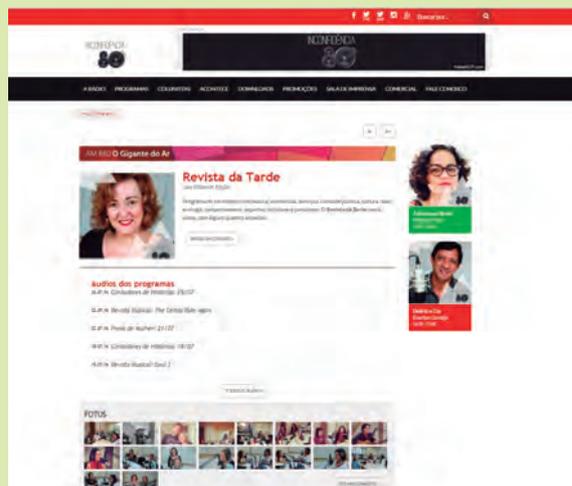
### Defensora-geral participa do “Revista da Tarde” do dia 19.07.2016

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou do programa “Revista da Tarde” do dia 19.07.2016, para falar sobre os seus planos para o segundo mandato à frente da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Durante o programa, a defensora pública-geral abordou temas como os avanços da Defensoria Pública nos últimos dois anos, os principais desafios a serem enfrentados e as demandas da Instituição.

A entrevista é veiculada ao vivo no horário de 15h15. Para ouvir a Rádio Inconfidência AM, o ouvinte deverá sintonizar 880.

Todas as terças-feiras, um defensor público participa ao vivo do Programa “Revista da Tarde” e responde às perguntas feitas pela apresentadora Débora Rajão.



[Para ouvir os arquivos das gravações já veiculadas, acesse aqui](#)

## DPMG na mídia

### Defensor público fala sobre ação que reivindica direito de receber medicamento para tratamento de câncer



O defensor público Renato Faloni de Andrade, em atuação na Comarca de Alfenas, concedeu entrevista à EPTV Sul de Minas, em matéria que aborda a ação de uma idosa de 74 anos que reivindica, na Justiça, o direito de receber do Estado medicamento para o tratamento de câncer.

[Clique na imagem para ver a reportagem.](#)

### Defensora pública fala sobre audiência de custódia no *Via Justiça*

A defensora pública em atuação na Defensoria Especializada em Urgências Criminais, Karina Rodrigues Maldonado, participou do programa *Via Justiça* para falar sobre audiência de custódia. Além da defensora pública, participou do debate a juíza da Central de Flagrantes, Paula Murça.

Os números das audiências de custódia, a situação em Minas Gerais, um pouco do histórico, quando e por que foram instituídas as audiências foram alguns dos pontos abordados no debate, que teve sua exibição inicial no dia 22 de julho.

**Exibições** – Produzido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), em parceria com a TV Assembleia, o programa pode ser conferido nas emissoras e horários listados a seguir.

#### TV COMUNITÁRIA

Canal 6 – Net | Canal 901 – Oi TV

- Quinta-feira (28/07), às 10h30 e 23h30
- Sexta-feira (29/07), às 10h
- Sábado (30/07), às 13h e 22h



Defensora pública Karina Rodrigues Maldonado (ao centro), durante a gravação do programa “Via Justiça”

#### TV JUSTIÇA

Canal 7 – Net | Canal 117 – Sky

Canal 901 – Oi TV | Canal 6 – Claro TV

- Sábado (30/07), às 15h30
- Segunda-feira (01/08), às 10h30
- Sexta-feira (05/08), às 07h

### Defensor público fala do processo de adoção de crianças em Minas

A 1ª edição do *Jornal da Itatiaia* do dia 18.07.2016 contou com a participação do coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, que falou sobre o processo de adoção de crianças no estado.

[Clique aqui para ouvir](#)



## DPMG na mídia

### Aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente é tema de entrevista de defensora pública



A defensora pública Daniele Bellettato, em atuação em Ribeirão das Neves, concedeu entrevista ao *Jornal Minas*, da Rede Minas, em reportagem sobre os 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, veiculada nos dias 13 e 14.07.2016

Clique nos links para acessar a reportagem:

[Primeira parte da reportagem](#)

[Segunda parte da reportagem](#)

## VISITAS À DEFENSORIA-GERAL

### DPG recebe visita de defensoras públicas de Ibitaré

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, as defensoras públicas Camila Prado e Priscila Mello, em atuação em Ibitaré, dia 20.07.2016, em reunião para tratar de assuntos institucionais. Também participaram do encontro a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho, e a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes.



Da esquerda para a direita: as defensoras públicas Camila Prado e Priscila Mello; a DPG, Christiane Malard; as assessoras Tifanie Avellar Carvalho (de Planejamento e Infraestrutura) e Cibele Cristina Maffia Lopes (Institucional)

### Defensores públicos de Vespasiano visitam a defensora pública-geral



A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete a coordenadora Local de Vespasiano, Romana Costa Luiz de Almeida, e o defensor público Bruno Freire de Jesus, em atuação em Vespasiano, em reunião para tratar de assuntos institucionais, no dia 19 de julho. Também participou do encontro a assessora Institucional Cibele Cristina Maffia Lopes.

A partir da esq.: defensor público Bruno Freire de Jesus; DPG, Christiane Malard; coordenadora Local, Romana Costa Luiz de Almeida; e assessora Cibele Cristina Maffia Lopes